

Cícero R. B. Calou (IFCE- Fortaleza)
Tânia S.A.M.Brabo (UNESP-Marília)

RESUMO

Neste artigo apresentamos um estudo sobre o projeto e-Jovem, que é um programa de formação em informática do Governo do Estado do Ceará em parceria com o IFCE. Este Projeto tem a proposta de qualificação de jovens oriundos da escola pública e egressos do Ensino Médio. O curso é desenvolvido em laboratórios das escolas profissionalizantes de Fortaleza e cidades do interior do Estado, que compõe uma ação de ensino integrado para capacitar os alunos e propor a inserção destes no mundo do trabalho. O público-alvo são jovens com idade entre 16 a 28 anos, estudantes do Ensino Médio e egressos. O Projeto tem uma equipe de coordenação, supervisão pedagógica, tutoria e instrutores que ministram as aulas em laboratórios equipados com computadores e internet. O Projeto é validado pelo Ministério do Trabalho e Emprego pela Lei do Menor aprendiz. Hoje consta com 180 turmas em 106 cidades do interior e capital. Neste texto procuramos compreender a partir das características de formação, as igualdades e desigualdades ocorridas, relações entre injustiças sociais e direitos humanos, como diretrizes de uma proposta pedagógica fundamentada numa política pública de qualificação profissional para jovens no estado do Ceará.

Palavras-chave: formação, direitos humanos, igualdade social

Os alunos tem consciência que sofrem injustiça?

Os jovens que ingressam no Projeto e-Jovem são oriundos do ensino médio e egressos da escola pública, suas atividades são desenvolvidas utilizando os mesmos laboratórios da escola onde eles sempre estudaram, isso leva a crer que o sistema de ensino é igual a esta escola que é fechado, ameaçador, amedronta, ameaça de expulsão, castiga, entrega nas reuniões de pais, parece mais um clube fechado ao qual eles se proíbem de entrar segundo Pennac, Daniel (2008).

Porém, a metodologia do Projeto e-Jovem é diferente desse quartel e segue os padrões desejado como um sistema de formação profissionalizante com um objetivo próprio de qualificação para o trabalho, por isso o interesse é outro, o relacionamento é diferente, a

esperança por uma profissão muda o comportamento dos lerdos como Daniel Pennac os classifica.

Alguns destes jovens não se apropriaram do espírito do saber, mas calmamente vai aparecendo o sentido da fé, acreditar que são capazes de aprender a língua e as categorias da informática, pouco a pouco a expressão tecnologia vai se ramificando junto a juventude que vai descobrindo os próprios caminhos de aprender as novas formas de construção do conhecimento de maneira coletiva, na rede, nos ambientes da web e nas comunidades de aprendizagens, dando sentido à pedagogia do aprender a aprender.

A história dele no e-Jovem vai sendo outra, porque até agora ele pouco aprendeu e perdeu o tempo todo esperando aprender o que a escola não conseguiu ensinar, sempre foi um lerdo, como diz Pennac, Daniel (2008), um arrombador de cofre, um flanelinha desfaçado para assaltar junto a seu bando as velinhas da igreja.

O futuro é uma ameaça para estes jovens, porém para aqueles que vão se adaptando ao processo de formação do e-Jovem, acreditando nele, vivendo com ele e mudando com ele, vão encontrando os novos espaços, caminhos que os levam a outras formas de aprender diferente, de construir um presente com iguais condições, de competir com mais possibilidades, de ser pelas características adquiridas e pela competência tecnológica envolvida no projeto um novo jovem mudado.

Nós só conhecemos o nosso futuro quando este vem a ser passado, então não podemos afirmar claramente que este jovem vai vencer, mas queremos que ele conte no futuro sua história, que teve uma oportunidade rara em seu passado, que o deixou assim, modelado, preparado e esperto para enfrentar os desafios do mundo do trabalho e da vida.

Os alunos que ingressam no Projeto, nunca estão sozinho, com eles vem algumas camadas de desgostos, medo, preocupações, acumulados no fundo de um passado sofrido, mas são todos assim, cada um traz em sua mochila os seus problemas que se misturam com os dos outros e formam uma só família pela igualdade dos desejos, das aspirações e esperanças de aprender, mudar e vencer.

Qual é a imagem que este jovem tem de sua juventude? O que é juventude para ele? Que histórias ele vai contar em sua velhice? Foi bom ser jovem? Quem responde estas perguntas é o próprio jovem, o lugar que ele conquistou na sociedade hoje, o espaço em que ele vive agora, sua relação com as pessoas, com a família, o ambiente que ele conseguiu construir como um cidadão, buscando a resposta mais coerente que ele possa dar aos seus pelos seus ideais.

Por isso entendemos que a justiça é base da sociedade em que vivemos, é dar o direito a quem verdadeiramente o possui, gerando um sentimento de pacificação social que permite que se viva em comunidade civilizadamente.

A justiça tem sua urgência. Deve ser atendida sempre, deve ter seus princípios observados com precisão. Deve ser simples, breve e direta. Uma decisão justa é sempre requerida imediatamente, de pronto, o mais rápido possível (DERRIDA, 2007, P.51).

As desigualdades existem em todos os campos da vida social. Dentro da escola não é diferente. Pode-se inclusive dizer que a escola cria suas próprias desigualdades. Nela há o aluno mais pobre, o de culturas exóticas, o de religiões não muito conhecidas, o negro, o branco e mais uma infindável diversidade de tipos que são econômico, cultural e politicamente distintos.

Um sistema justo se mostra necessário. Precisa-se criar um modelo que possa assegurar certa independência de evolução e criação dessas esferas da escola. Todos devem ser livres e respeitados, as oportunidades devem ser distribuídas por critério meritocrático e não por critérios de privilégio de determinados grupos dentro das escolas. Em uma escola justa, as oportunidades devem ser concedidas pelo mérito e não pela cor, raça, religião ou situação econômica. É necessário que os preconceitos, tão prejudiciais sejam combatidos.

A justiça é vista como aquilo que é urgente para que haja civilização, é o princípio que recupera a irredutível alteridade do outro e que estabelece a palavra em contraposição ao corpo a corpo. É a justiça que permite aos homens resolver seus conflitos de maneira civilizada de forma a abandonar os meios violentos de autotutela como o fazer justiça com as próprias mãos.

Justo não é aquilo que é absolutamente igual. É sabido que na diversidade própria do ser humano não há como encontrar um só homem exatamente igual ao outro. A história de injustiças, tiranias e submissões de todos os tipos alargou o campo das desigualdades naturais existentes. Ao nascer, já não se é completamente igual. Nasce-se nu, mas com ou sem privilégios de classe, raça, sexo, cor e grupo.

É por isso que se pode dizer que a justiça é composta por elementos heterogêneos. Nela há sempre um movimento de tratar os iguais igualmente e os desiguais desigualmente. Há uma dinâmica de ir buscar o que sofreu injustiças e igualá-lo aos demais, dando a ele o que ele precisa e não um quantum comum a todos. Segundo (Ricoeur, Paul 2008) tratar com justiça, significa tratar com igualdade, mas não com indiferença.

Não pode passar despercebido, não se pode ser indiferente as maiores dificuldades cognitivas de um aluno provindo de um lar destruído pela droga e pela pobreza se comparado a um aluno de classe média apoiado e ajudado pelos pais. Uma escola justa se percebe quando há igualdade de direito e oportunidades, para aqueles em situação econômica e social semelhante. (Dubet, François, 2004).

Um fato que pode influenciar no alcance de uma escola justa, segundo Schilling, Flávia (2013) é a possibilidade das coisas serem decididas coletivamente pela comunidade escolar. Há de se ter uma união de forças entre professores, alunos e gestores, a fim de garantir a todos os direitos fundamentais.

O Projeto e-Jovem, segue um padrão em todas as localidades em que é aplicado, tudo vem pronto, a proposta pedagógica, o plano de curso, o cronograma, as disciplinas, a estrutura dos laboratórios etc. Os alunos, assim como os supervisores, tutores e instrutores devem se adaptar ao sistema proposto.

Partindo desta uniformização do método do projeto esperava-se que os relatos de

injustiça fossem ofuscados pelo tratamento igualitário dado aos alunos. Afinal, um projeto criado pautado em uma gestão educativa deve ter como princípio o modelo de uma escola justa e democrática. Além disso, por ter o objetivo de realizar a inclusão digital indiscriminada dos alunos com acesso ao projeto, a expectativa em relação ao e-Jovem era que, já dentro de seus laboratórios, promovesse-se a redução das injustiças sociais.

Inclusão digital é uma das premissas básicas na luta pela Justiça social dentro e fora da escola. Ao abrir-se para o mundo digital o aluno tem acesso aos mais variados artigos sobre uma infinidade de diferentes temas. Com tanto conteúdo em mãos pode assim ser autodidático e formar-se cidadão consciente utilizando os instrumentos disponibilizados pela internet, como por exemplo, as redes sociais, para alcançar a justiça.

O Projeto e-Jovem teve início em 2009 como iniciativa do Governo do Estado do Ceará através da Secretaria da Educação e em parceria com o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará-IFCE, com o propósito de oferecer uma formação técnica profissionalizante em informática e suas tecnologias de desenvolvimento web, redes de computadores, hardware e programação.

A concepção pedagógica norteadora do Projeto baseia-se numa proposta do ensino presencial e no ensino a distância, para alunos do ensino médio e egressos da escola pública e utiliza os laboratórios das escolas estaduais e de ensino profissional da capital e cidades do interior do estado, como suporte para realização das aulas.

O Projeto e-Jovem é dividido em dois módulos de aplicação de conteúdos: o módulo I representa as linguagens básicas de aprendizagem e nivelamento (português, raciocínio lógico, matemática, informática básica e inglês), com carga horária de 400 h/a. No módulo II estão as linguagens específicas da informática e dos conhecimentos de suas tecnologias, com carga horária de 880 h/a. O ensino se realiza por forma presencial e dirigido por instrutores.

O público-alvo do Projeto e-Jovem são alunos/as do Ensino Médio e egressos da escola pública, com idade entre 16 e 28 anos, o Projeto vem em constante e crescente aceitação pelas cidades; como exemplo, em 2011, foram 2.400 alunos matriculados no Modulo II, com 130 turmas distribuídas em 90 cidades e com um índice de inscrições de mais de 5.000 mil concorrentes.

O foco do principal Projeto é a qualificação em informática dos jovens alunos do Ensino Médio e egressos da escola pública para atender a demanda das empresas, através das exigências tecnológicas, tanto da capital como do interior, articulando um relacionamento das empresas cearenses com a política de formação do governo, para criar oportunidades de geração de emprego e renda, proporcionando a inclusão sócio profissional dos jovens. O desenvolvimento tecnológico local e a integração da produção pela rede de comunicação em todo estado, além de permitir a fixação do jovem em sua terra natal.

A busca por justiça social inicia-se no momento de indignação pelo outro próximo, pelo outro que vemos, segundo (Ricoeur, Paul (2008), por este afeto e comparação de nossos atos ao

do outro é que temos as percepções de perda, identificamos ou desconfiamos que estamos sendo injustiçados.

Aquilo que é próximo, toca-nos, mobiliza-nos e aguça nossa percepção sobre a injustiça, se eu dou uma quantia em dinheiro para um filho e à filha, dou uma quantia menor e estamos próximos, ela vai ter reações de protesto imediatamente.

Assim, um instrutor do projeto se torna um porta-voz das injustiças reclamadas pelos alunos, em todas suas ações de avaliação, registro de frequência, exercício de avaliação, qualquer ato que não agrade os alunos eles estão reclamando ao professor.

Neste mesmo caminho o ambiente de trabalho e estudo é destaque nas relações de injustiça, onde um laboratório não está com o aparelho de ar condicionado ligado, o computador na tem internet, aquele computador não funciona o teclado, mas o do colega funciona muito bem.

Ouro relato de injustiça que o instrutor deve ouvir com frequência é em relação ao assalto na rua, problemas com transportes público, porém com tudo isso, a família ainda é seu porto seguro, no meio das injustiças colocadas por eles.

Muitas injustiças são percebidas a partir da iniciativa de formação do Projeto e-Jovem com alunos que são oriundos da escola pública e na maioria deles não tem emprego e vivem na custódia dos pais, uma evidência, é quando o aluno termina o curso e não consegue uma colocação no mercado de trabalho nem prossegue os estudos numa universidade pública que poderia ter acesso aos programas sociais do país, mas não tem. E assim o que lhe resta é voltar ao ambiente do risco e da marginalização ou recorrer à alternativas de trabalho temporário para ganhar o pão.

Algumas injustiças realçadas na fala de alunos, supervisores e instrutores do Projeto e-Jovem. Categorias propostas pela professora Flavia Schilling que acompanhamos em sua trajetória como pesquisadora sobre justiça/injustiça:

1. Injustiças ligadas à discriminação (reconhecimento), aspecto físico, orientação sexual, idade, naturalidade, origem regional, local de moradia.

A que mais provocou na intimidade do Projeto foi a orientação sexual, um caso a parte de uma turma na cidade do Crato onde tinha metade da classe homossexual e a outra metade não conseguia entendimento, tendo a supervisão do Projeto que separar em duas turmas como proposta e opção dos próprios alunos. O local de moradia aparece como segundo item, quando um aluno vem de uma favela e se apresenta como tal, é sinal de observação e cuidado dos outros colegas e até do instrutor.

2. Injustiças ligadas a desigualdade social (distribuição). Todas as queixas de injustiças ligadas a desigualdade de direitos na forma de bens e serviços. Aparece aqui a figura do mais esperto e pega logo o melhor computador, que não dar defeitos, o melhor posicionamento na sala, o material didático como a apostila se não tem para todos e mais simples e humildes fica estudando em dupla com o mesmo parceiro discriminado, que as vezes sabe menos do que ele.

3. Injustiças ligadas a retribuição (de bens ou punições - merecimento). Caracterizado

pela ideia de que o aluno ou a aluna não merecia, principalmente quando se trata de avaliação, nota, aquele aluno/a que sempre foi bem nas avaliações as vezes, por um pequeno descuido lhe é atribuído uma nota baixa. Ou mesmo aquele/a que nunca foi bem nas avaliações, quando pelo esforço e aplicação recebe uma nota boa é discriminado/a, não merecia.

4. Injustiças ligadas à violação da igualdade perante a lei e as regras (dois pesos e duas medidas). Variando de acordo com o status, classe social, poder, riqueza, beleza, autoridade. Isso aparece no Projeto a partir daquele/a aluno/a que sua família é bem-sucedida naquela cidade do interior, ele ou ela chega atrasado/a, sai mais cedo, tem um tempo maior de intervalo e ninguém fala nada. Ou são parentes do/a diretor/a da escola onde são cobertos de privilégios, até na hora da merenda escolar ficam na sala da diretoria afastados dos demais colegas.

5. Injustiças ligadas à violência criminal. No Projeto aparece relatos de assaltos na porta da escola, crimes no local de moradia, principalmente aqueles que moram em favelas, histórias de disputa de territórios e algum caso como ocorrido com um aluno que chegou armado na escola para se proteger, por ter sido ameaçado de morte por um marginal de seu bairro.

No Projeto aparece muita situação de retribuição injusta por parte do instrutor, como um castigo ou um favorecimento a alguém que não parece merecer. Um exemplo de um aluno que faltou a prova e o instrutor permitiu que ele fizesse em outro dia, sendo que foi aplicado a mesma prova, quando os outros alunos souberam causou um sentimento de indignação que os alunos se rebelaram com a supervisão.

Segundo Assmar, Eveline (2013), o grande fator de mobilização em torno da justiça seja a luta por equidade, que neste caso quer dizer aluno se adaptar à regra existente, à situação concreta observando os critérios de justiça e igualdade, o que tem de ser justo é para as duas partes, mas isso não acontece quando nas reuniões de alunos, treinamentos e seminários do Projeto o que mais se ouve é alunos cobrando por igualdade de direitos.

Para os alunos não é só a falta de confiança, o esforço, a tenacidade e a competência que os conduz a um bom resultado ou não no final do projeto, mas também a instabilidade da política de governo e as mudanças constantes nos planos de financiamento da estrutura física e tecnológica e a organização de pessoal que definem a logística de desenvolvimento do Projeto e altera as mudanças de prazos, contratos e cronograma.

Ocorre que, muitas turmas que terminam o Modulo I, que são as disciplinas de linguagens básicas e de nivelamento, tem que esperar pelas ações de orçamento do governo que definem os recursos e suas publicações, que chega a durar três meses, para imediatamente ingressarem no Modulo II, que são as disciplinas de características técnicas propriamente de formação profissional dos jovens.

Para Schilling, Flávia, (2013), a maior frequência de injustiça é acusação ou censura injustificada, avaliação injusta ou não reconhecida do esforço ou desempenho, como um caso que os alunos reclamam muito de critérios fechados utilizados por professores, ninguém entende

porque foi avaliado daquele jeito ou do outro jeito, como foi avaliado. Não é claro nem transparente a avaliação, muitas vezes o aluno não tem nem como contestar, se tira uma nota razoável pra ele já é bom, não vale a pena ir em busca de uma justificativa e alterar para melhor a sua nota. Quando o caso é de reprovação o aluno as vezes procura saber detalhes de sua avaliação.

Tem o caso de injustiça pela punição injustificada, o aluno é punido sem ao menos ser repreendido, por chegar atrasado, erra uma pergunta ou ficar conversando em sala, muitas vezes ele não sabe o que é proibido ou permitido, mas é punido.

Injustiça pela traição e pela confiança. Muitos alunos são traídos porque confiam demais no professor, confundem amizade com liberdade e tranquilidade, esperam que isso conte pontos como aprendizagem, daí quando são surpreendidos com uma nota baixa, acham que foram traídos pelo professor.

Tem alunos que é passivo à injustiça, aceitar ou resignar-se à injustiça, tanto faz, melhor não fazer nada, nada lhe atinge, espera pelo outro, ou nem quer saber o que vai acontecer, pra ele tanto faz. Outro, só enxerga o curso, centrado no papel de aprender e ir usufruir do trabalho e o resto não lhe interessa, fraca percepção? ou não quer participar mesmo de qualquer movimento alheio a sala de aula?

Os exemplos de injustiças colocados pelos alunos em sala de aula como reflexão dos treinamentos com a supervisão pedagógica e com tutores em suas “aulão”, aulas de reforço externo ao laboratório local, dificilmente eles contam um caso acontecido com eles, falam sempre do caso acontecido com o próximo ou com o desconhecido, são casos de assaltos, roubos de celulares, sapatos tenes, mas sempre com o outro. Isso pode ser pelo sofrimento por injustiça pessoalmente vivido, principalmente se tiver caso que envolve discriminação, abuso sexual ou humilhação.

Pagando a escola, (Projeto), como fator gerador de injustiça tanto para alunos como para professores (instrutores), o lugar mais registrador de conflitos é a sala de aula. O professor (instrutor) se sente injustiçado pelo sistema que comanda o Projeto (Secretaria de Educação), falta de contratos trabalhistas, porque são todos contratados como estagiários, por conta disso vem a falta de progressão funcional, a falta de Fundo de Garantia, melhorias salarias, cumprimento de cronograma, formas discriminada de avaliação, condições de trabalho não muito boas, melhor apoio técnico e pedagógico. Já com os alunos as condições de laboratórios aparecem com essenciais que é o acesso à internet como prioridade máxima, ar condicionado, e um professor (instrutor) competente, paciente e com facilidades de fazer amizades, de preferência jovens.

No contexto externo à sala de aula, eles reclamam de filas para tudo que vão fazer na escola, falam de agressões de colegas, brigas entre eles e a falta, as vezes, da merenda escolar.

Muitos alunos pensam e querem que os direitos entre professor e aluno sejam iguais, porém, na prática quem dita as regras são os gestores do projeto e os professores (instrutores) e

os alunos as seguem.

Para os professores (instrutores) a maior injustiça como já falado é a questão trabalhista, por serem contratados como estagiários perdem todos benefícios de uma formalidade da experiência técnica comprovada, da valorização da profissão, da progressão funcional e das especificidades da carreira. Contando também com a contratação por prazo de serviço determinado, onde seus colegas de supervisão e tutoria são contratados mediante a Consolidação das Leis do Trabalho, regime CLT com todos os direitos que lhes assistem.

Para os alunos a grande injustiça nasce da retribuição injusta, punição excessiva ou falta de punição. A questão é a que envolve a avaliação, a medida. Não é fácil medir e ser medido por outro e eles nem sabem qual é a medida justa. Este caso compõe o cerne da questão no Projeto e está associado a falta de diálogo segundo Arendt, Hannah (2004), responsabilidade e julgamento.

Um caso revelados pelos alunos é a quebra de regras pelo professor (instrutor), que passa a usar a avaliação sobre dois pesos duas medidas, quando se trata de igualdade de prazo para todos para entrega de trabalhos. Como a metade da sala não fez o trabalho ele adia de forma a valer a mesma nota para aqueles que cumpriram o prazo determinado, isso leva a uma retribuição injusta, pois alguns terão maior tempo para a tarefa e não obterão desconto na nota. Isso segundo Schilling, Flávia (2012), violação da ideia de valorização do mérito, esforço, pontualidade e disciplina.

Outro caso apareceu quando um aluno fez um trabalho bem feito e o professor não acreditou que foi ele quem fez, isto é uma avaliação negativa que o professor tem sobre o aluno segundo Reoœur, Paul (2008), impede que ele considere o aprendizado do aluno que sabe ou aprendeu a fazer o trabalho. Isso não acontece com frequência no e-Jovm porque as tarefas de avaliação são feitas diretamente no computador utilizando a plataforma a distância, o que se torna para o aluno uma prova de autenticidade.

Particularmente com os alunos que trabalham o dia inteiro configura a reprodução da desigualdade social, transformando em desigualdade do Projeto, o curso a noite tende a ter um ensino inferior ao curso diurno, pela questão do transporte coletivo, que provoca atrasos, pelo horário da saída dos alunos que não podem perder aquela condução pre-determinada, ou tem que voltar a pé para suas casas, pelo cansaço do dia inteiro trabalhando e ainda ter que estudar depois, pelas atividades do dia a dia do professor que também estuda e trabalha em outras instituições e pelas condições climáticas de cada cidade.

O professor (instrutor) não pode deixar de responder a qualquer dúvida do aluno e nem de atender e corresponder aos seus desejos e dificuldades técnicas, pois existe um tempo muito curto de reabilitação e os conceitos são integrados e pré-requisitos dos outros seguintes, de maneira que se o aluno não aprender bem uma prática vai ser muito difícil acompanhar a prática seguinte, isso se torna injusto para o aluno que depende de uma explicação detalhada ou de desenvolver práticas de aprendizagem de maneira coletiva e o professor não corresponde com

isso.

Outros alunos que viveram no ambiente familiar e da escola pública onde não foi desenvolvido o aprender a falar, poder dizer, se expressar a vontade, ser livre e ter acesso à leitura e ao diálogo com amigos e pessoas letradas, com princípios e iniciativas para tomar decisão para aprender a ler, estudar sozinho, tornar-se pesquisador entre as mínimas relações escolares, se tornar proativo na medida de seus desafios a enfrentar na vida. Se não for assim segundo Jacques Derrida, não anda pra frente, é preciso falar, ouvir o outro, a justiça é o Outro, assim não está sendo possível ouvir o Outro, vê-lo ou, quem sabe, suportá-lo. É preciso falar e saber ouvir (DERRIDA, 2007, p.33).

O pior disso tudo é saber que a maioria dos alunos não compreendem seus direitos, nem ao menos sabe a língua que a lei está escrita, só a partir da experiência com a injustiça e em casos extremamente particulares, é que se percebe a possibilidade de justiça, e ainda são capazes de afirmarem: a justiça dos homens tarda, mais a de Deus não.

Fazendo uma viagem pelos relatos de supervisores, instrutores e alunos em vários encontros de pesquisa e curiosidades, foi possível estabelecer alguns pontos que são fundamentais ao Projeto e a sua organização didático pedagógica, para assim tentar evitar algumas injustiças apresentada aqui em nosso artigo e responder a algumas indagações feitas no início do artigo.

Igualdade de direito para todos; respeito as diferenças, sem discriminação e preconceitos; punição merecida a quem de direito pela ação cometida; reconhecimento do mérito; transparência nas relações de avaliação das tarefas; oportunidades de aprendizagem para todos; melhor qualidade do ensino; instrutores com competência técnica e experiência didática; e, que o projeto seja parte de uma política pública de Estado e reconhecido como um programa de governo.

Segundo Derrida (2007, p.54-55 apud Schilling), a justiça permanece porvir, ela tem porvir, ela é por-vir, ela abre a própria dimensão de acontecimento irredutivelmente porvir. Talvez seja por isso que a justiça, na medida em que ela não é somente um conceito jurídico ou político, abre ao porvir a transformação, a refundição ou a refundação do direito e da política.

“Talvez”, é preciso sempre dizer talvez quanto à justiça.

Quanto ao Projeto e-Jovem, este movimento de justiça e injustiça, deve estar contido em suas linhas e diretrizes de uma proposta de política pública de qualificação de jovens em seu Estado.

Referência:

SCHILLING, Flavia. Igualdade, desigualdade e diferenças: O que é uma escola justa? Revista Educação e Pesquisa USP–1517-9702.

ASSMAR, Eveline Maria Leal. A experiência da injustiça na vida diária: uma análise preliminar de três grupos sociais. Psicologia: Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 335-350, 1997.

Disponível em:

<<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/188/18810211.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

ARENDR, Hannah. Responsabilidade e julgamento. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BRABO, Tânia. Suely Antonelli Marcelino, Gênero, Educação, Trabalho e Mídia (Org) São Paulo Coleção conhecimento e vida, coordenação de diamantino Fernandes Trindade.

DERRIDA, Jacques. “La democracia es una promesa”: Entrevista de Elena Fernandez con Jacques Derrida. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, p. 9-10, 12 oct. 1994. Disponível em: <<http://www.jacquesderrida.com.ar/textos/democracia.htm>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

RICOEUR, Paul. O justo. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

PENNAC, Daniel (2008). *Diário da Escola*, Ed. Rocco, São Paulo (2008).

SOUZA, Vivian Valentim de. Direitos humanos, justiça e violência: o debate acadêmico sobre o tema. Monografia (Iniciação Científica) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

VENTURI, Gustavo (Org.). Direitos humanos: percepções da opinião pública: análises de pesquisa nacional. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2010.